

ISSN 0101 708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G **BOLETIM**
GOIANO *de*
Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 21 - N.º 2 - JUL./ DEZ. 2001

OS LIMITES DO DESENVOLVIMENTO E DO TURISMO

*Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano**

1. O Conceito de Desenvolvimento

Desenvolvimento é um conceito associado à idéia de fazer as nações pobres caminharem em busca da superação de suas pobrezaas. Essa idéia está embutida nas políticas nacionais de todos os países, a partir da Segunda Guerra Mundial e dos processos de descolonização. Ao se falar em desenvolvimento, atribui-se ao termo significado, valorações e direções, associando-o a algo positivo que conduz a algo melhor. Quase sempre falar de desenvolvimento é falar do futuro, do mundo que se quer e não do mundo que se vive. Desenvolvimento é uma forma de percepção que tem modelado a realidade, produzindo mitos, fantasias, paixões e violências. Dada a multiplicidade de conceitos e de concepções referentes ao desenvolvimento, é preciso deixar explícitos os elementos e os nexos principais que conduzem a lógica dessa análise. Ou seja, qual o conceito de desenvolvimento que se adota e que possa fugir daqueles propostos pela Economia Clássica.

Entende-se por desenvolvimento um processo de produção de riqueza com partilha e distribuição com equidade, conforme as necessidades das pessoas, ou seja, com justiça. O desenvolvimento não se refere apenas à economia, ao contrário, a economia deve ser tomada em função do desenvolvimento. Um dos maiores desafios da sociedade atual é promover o desenvolvimento centrado no homem. Pensar esse tipo de desenvolvimento pode ser aparentemente simples, mas encerra uma revolução de idéias e práticas sociais, que passam a orientar as pessoas e as organizações para a produção e consumo partilhados.

2. Gênese da Idéia de Desenvolvimento e de Subdesenvolvimento

Ao se estudar as teorias de desenvolvimento, procura-se identificar que tipo de desenvolvimento elas propõem. Essas teorias só surgem no pós-

* Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: coriolan@uece.br

Segunda Guerra Mundial. Antes desse marco histórico, os Estados eram classificados em relação a critérios culturais, religiosos ou geográficos. Os países eram chamados de civilizados ou não-civilizados, católicos ou não-católicos, orientais ou ocidentais. Após o impacto desta Guerra Mundial, os Estados Unidos introduzem o conceito de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Apresentam-se como nação hegemônica, centro do mundo, enquanto a Europa destruída precisava recuperar-se e desenvolver-se. Levantam a bandeira do desenvolvimento, quando toma posse o Presidente Truman, em 1949, anunciando a era do desenvolvimento, com um apelo para que todas as nações sigam os seus passos.

Truman introduz a antítese do desenvolvimento como objeto de sua política externa, fazendo crer aos demais países que esses encontram-se subdesenvolvidos ou abaixo do desenvolvimento, tal a discriminação que o conceito contém e a sutileza de sua política colonizadora. Os países precisavam escapar da condição indigna do subdesenvolvimento, acreditando no desenvolvimento.

Muitos analistas sociais vêem o desenvolvimento com restrições e apontam novos caminhos para a política desenvolvimentista. O desenvolvimento situa os subdesenvolvidos em estado subordinado de subjugação e discriminação. Mas, ainda assim, é um conceito moderno que guarda grande significado, influenciando na forma de pensar e de agir das pessoas. A idéia de desenvolvimento está no centro da visão de mundo e prevalece na época atual. A partir dela, o homem é visto como um fator de transformação tanto no contexto social e ecológico em que está inserido como de si mesmo (Furtado, 1994:105).

No Brasil, a ideologia desenvolvimentista inaugura-se com Juscelino Kubitschek, na década de 50, e intensifica-se nos anos 60 quando os governos (sobretudo o dos Estados Unidos – do presidente Kennedy) reforçam as campanhas de desenvolvimento, como fortes estratégias de melhoria das condições de vida dos países subdesenvolvidos.

Em sua maior parte as teorias do desenvolvimento pouco explicam as contradições e as bases do processo produtivo e, sobretudo, não fazem relações com as implicações sociais. Há uma variedade de teorias, cada uma tentando explicar o fenômeno desenvolvimento ou subdesenvolvimento de acordo com a época, o lugar e a subjetividade do teórico.

3. As Teorias e suas Premissas

As teorias e suas premissas destacam-se, quanto a desenvolvimento e subdesenvolvimento, várias teorias como: dos Estágios de Crescimento Econômico, Estruturalista Internacional, do Neoliberalismo do Falso Paradigma, da Dependência Econômica, dos Sistemas Mundiais, dos Países Centrais e Periféricos, do Processo Simultâneo, do Colonialismo Interno, do Dualismo e das Sociedades Duais, da Causação Circular ou Círculo Vicioso da Pobreza, do Imperialismo, do Modo de Produção, do Capitalismo Tardio, da Sociedade da Informática, do Socialismo do Futuro, da Globalização e do Desenvolvimento Sustentável, dentre outras. Esses sistemas vinculam-se às chamadas teorias da modernidade, uma tendência evolucionista, reformista, burguesa, conservadora e consensual que se contrapõe aos pendores marxista, crítico e conflitual, a admitirem que a sociedade sustenta-se à base do conflito, e não do consenso, e busca as contradições dos fenômenos para explicação da realidade.

As teorias de desenvolvimento, consensuais, quer modernas ou tradicionais conservadoras, em sua essência, possuem a mesma compreensão do fenômeno, pois complementares, e adotam a premissa do continuísmo histórico, tal como nas seguintes proposições:

- subdesenvolvimento é o estágio original, o ponto de partida para se chegar ao desenvolvimento. Os países desenvolvidos o são agora, porque já passaram por essa fase;
- o desenvolvimento é um processo direcional, obedece a fases e etapas;
- desenvolvimento é sinônimo de crescimento econômico;
- o desenvolvimento é o resultado de um processo de implementação de tecnologias, que caracteriza a modernização, que conduz à urbanização, industrialização e terceirização;
- os países subdesenvolvidos são considerados tradicionais; por isso precisam evoluir e modernizar-se para poderem desenvolver-se;
- os empresários são os agentes principais desse processo e devem ser inovadores e arrojados;
- os trabalhadores são estimulados ao crescimento individual; por isso o capitalismo escolhe sempre o operário ou o trabalhador-padrão;
- as empresas são prioridades, especialmente as nacionais,

- multinacionais e transnacionais;
- a modernização pode diferir de uma sociedade a outra, mas o caminho é o mesmo e único;
- os obstáculos podem ser diferentes de país a país, mas todos vencíveis;
- a difusão econômica e cultural ajuda a conduzir o processo. Assim deve-se assimilar as experiências de outros países que passam a servir de modelo;
- as mudanças e rupturas devem ser lentas, pois as radicais são perigosas. Não propõem mudanças estruturais, apenas conjunturais;
- a sociedade sustenta-se à base do consenso e não do conflito;
- o Estado é neutro, promotor do bem comum, e a principal unidade de análise;
- o Estado não deve intervir no processo de desenvolvimento.

As teorias críticas de desenvolvimento adotam os pressupostos do materialismo histórico e contrapõem-se aos da ideologia burguesa. Seus fundamentos estão ancorados nas relações sociais de produção, tal como se pode constatar nas seguintes asserções:

- o desenvolvimento (ou o subdesenvolvimento) é o processo determinado pela relação do trabalho com o capital;
- o trabalho é o meio pelo qual o homem relaciona-se com os outros homens, sendo ele o produtor da riqueza;
- a relação social determina a relação com a natureza; logo, a relação se dá entre a sociedade-natureza, tanto quanto homem-natureza;
- a infra-estrutura é o fio condutor para explicar todos os fenômenos sociais e não a superestrutura. Capital, trabalho, tecnologia e relações sociais de produção constituem a infra-estrutura;
- a infra-estrutura determina a superestrutura, ou seja, o processo de produção da subsistência configura o pensamento, a cultura e a arte;
- a infra-estrutura e a superestrutura constituem o modo de produção;
- a forma como as relações de produção e as forças produtivas interagem determina historicamente os modos de produção;
- a sociedade é dividida em classes antagônicas;
- o Estado é mediador dos interesses das classes dominantes, do capitalismo;
- a passagem de um modo a outro se dá pelo conflito nas

- relações de classes;
- a classe dominante cerceia as idéias e falseia a consciência dos dominados e explorados;
- o subdesenvolvimento pode ser explicado no processo de acumulação capitalista. A exploração é a principal causa da pobreza. As relações sociais capitalistas têm caráter de exploração;
- o capitalismo é incompatível com a solidariedade e com a igualdade;
- as mudanças estruturais somente ocorrerão mediante revoluções sociais e não apenas políticas;
- as previsões históricas são impossíveis, uma vez que dependem do jogo de forças sociais, em situações distintas;
- para algumas teorias existem saídas dentro do próprio capitalismo; para outras, não há saída, salvo pela desconstrução do próprio modelo.

Na última década surgiram as chamadas teorias da globalização; também fundamentadas na noção de modernidade, oferecendo subsídios para a compreensão do desenvolvimento, nessa fase considerada sociedade global. São teorias que privilegiam os seguintes aspectos:

- a interdependência das nações;
- a modernização do mundo;
- as economias do mundo;
- a internacionalização do capital;
- a aldeia global;
- a racionalização do mundo;
- a unicidade das técnicas;
- as novas tecnologias;
- a convergência dos momentos;
- a dialética do global ao local;
- a globalização e a fragmentação.

4. Desenvolvimento, Meio Ambiente e Turismo em Processo Recíproco

As teorias de desenvolvimento do turismo e do desenvolvimento local vinculam-se a esses grupos de sistemas e adotam alguns desses pressupostos. Daí a importância de conhecê-los, para vincular a análise. O desenvolvimento e o turismo ocorrem em escalas globais e locais. Há que se identificar as tônicas e abordagens dadas ao processo de desenvolvimento e ao

desenvolvimento do turismo nos diversos lugares, porque elas podem vir associados aos grandes grupos econômicos e ao capital ou vir associados ao capital local privilegiando o lugar, os residentes e a cultura local.

É, portanto, neste contexto de globalização que se precisa entender o desenvolvimento local e o próprio turismo. Na esfera econômica, o desenvolvimento foi reduzido ao simples crescimento econômico. Só em 1962, o Conselho Econômico das Nações Unidas recomendou a inclusão dos aspectos sociais ao desenvolvimento. As Propostas de Ação da Primeira Década de Desenvolvimento da ONU (1960-1970) determinavam que o problema dos países subdesenvolvidos não era simplesmente o crescimento, mas sim o desenvolvimento. E que desenvolvimento implica mudanças sociais, culturais e econômicas, mudanças, sobretudo, qualitativas. No conceito-chave prendia-se a melhoria da qualidade de vida da maioria das pessoas. Para a primeira década foram considerados os aspectos econômicos e sociais separadamente. Já na segunda década (1970-1980), procurou-se unir esses dois aspectos, mas acabou-se por seguir uma direção contrária e, apesar de concordar com o desenvolvimento social, ele ainda está sendo considerado crescimento econômico, tanto pelos teóricos clássicos, como pelos órgãos de fomento. Questões importantes como a degradação do meio ambiente, o crescimento demográfico, a fome, a opressão às mulheres, o déficit habitacional e o desemprego foram discutidas, mas não solucionadas.

Assiste-se, nos últimos anos, a estudos e a encontros internacionais voltados para este problema comum, o alcance do desenvolvimento: Ambiente e Desenvolvimento, no Brasil, em 1992; Populações e Desenvolvimento no Cairo, em 1994; Mulher e Desenvolvimento em Pequim, em 1995; Desenvolvimento Social, em Copenhague, em 1995; o I Fórum Social Internacional, em Curitiba (Brasil), em 2001: foram significativos.

A Conferência sobre Emprego, Distribuição de Renda e Progresso Social, organizada pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) em junho de 1976, ofereceu uma proposta diferente, apresentada no documento Abordagem das Necessidades Básicas. Sugeriu que, ao contrário de esperar a satisfação das necessidades básicas como um resultado do processo de desenvolvimento, fosse dada atenção imediata à tarefa de resolver essas necessidades. A discussão da satisfação das necessidades humanas em cada país entrou em moda e permaneceu nos debates por algum tempo, merecendo uma crítica profunda, pois o capitalismo ampliou muito a noção de

necessidade pelo consumo. Em 1978 os especialistas da UNESCO criaram outro conceito de desenvolvimento – *o desenvolvimento endógeno*. Este modelo de desenvolvimento recomendava que os países fugissem da imitação mecânica das sociedades industrializadas. Assim, as soluções seriam locais e não globais. As iniciativas deveriam originar-se nas culturas locais e com os potenciais de cada localidade, construindo-se o embrião do desenvolvimento local.

A década de 80 foi considerada perdida para a economia, pois ela não rendeu o lucro esperado. Apesar dos fogos que celebraram a emergência dos quatro “tigres asiáticos”, imperou o pessimismo. O processo de ajuste significou para muitos países um colapso da maioria de suas conquistas prévias. Em 1985, o fracasso do desenvolvimento já era visível.

Para Le Bret (*apud* Carmo, 1999:69), o desenvolvimento só pode ser “um processo inacabado, de uma direção que se toma e não de um ponto que se alcança”. É a passagem de uma determinada população, de uma fase menos humana para uma fase mais humana, ao ritmo mais rápido possível, ao custo financeiro e humano menos elevado possível, tendo em conta a solidariedade entre as populações.

O desenvolvimento como fenômeno complexo mostra-se com dimensões variadas, dizendo respeito ao território, aos recursos naturais, às pessoas e suas ações. Nesses processos, os fatos geradores interagem nos planos geográfico, político, econômico, social, psicológico e antropológico. Os sistemas industriais são complexos modos técnicos, sociais, econômicos, culturais, políticos e ecológicos de regulação e produção no espaço local e no *locus* global.

Desenvolvimento, turismo e meio ambiente encontram-se em uma relação recíproca: atividades econômicas transformam o meio ambiente e o ambiente alterado constitui uma restrição externa para o desenvolvimento econômico e social. Contudo essa relação pode ser feita de uma forma controlada, mitigando impactos e agressões. Mas o agravante é o uso e a exploração da natureza, são os grandes impactos naturais ocasionados para atender ao consumismo, à especulação, à acumulação, à ganância e ao lucro desmedido, gerando não apenas a degradação da natureza, mas, também, o aviltamento da sociedade. O desenvolvimento acabou gerando a pobreza para uma grande maioria e a riqueza para poucos. Diz Mandel: “a própria acumulação de capital produz o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, como movimentos mutuamente determinantes do movimento desigual e conjunto do capital” (Soja, 1993: 132).

5. O Desenvolvimento Desigual e Combinado

A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado de Trotsky explica como se dá o processo. O primeiro aspecto dessa lei refere-se às distintas proporções no crescimento da vida social e à correlação concreta desses fatores desigualmente desenvolvidos e distribuídos no processo histórico-geográfico (Novac, 1988:9).

O aumento do desemprego, da fome e da pobreza de muitos, em qualquer lugar do mundo, faz subir as cotações das bolsas de valores ou aumentar a riqueza de poucos, também em qualquer lugar. Soja (1993: 103) lembra Mandel, ao dizer que o “desenvolvimento desigual entre as regiões e as nações é a própria essência do capitalismo, no mesmo plano da exploração da mão de obra pelo capital”. A exploração se dá em relação aos indivíduos e aos lugares. O capital seleciona seus lugares. Sendo o turismo uma atividade essencialmente capitalista, oferece boas oportunidades de exploração, não só de mão-de-obra como de lugares.

O Terceiro Mundo não é apenas o que o próprio conceito encerra, mas o espaço do capitalismo global. Lefebvre e Soja vinculam o espaço capitalista tardio à reprodução das relações sociais de produção, mostrando que elas são reproduzidas em uma espacialidade concreta, através do consumo. A luta assumiu muitas formas, para produção do espaço nessa estrutura territorial de exploração e dominação, devendo incluir todos os que são explorados, dominados e tornados periféricos pela organização espacial impositiva do capitalismo tardio.

Assim, a problemática do capitalismo é também espacial e as lutas apresentam-se voltadas ao espaço para moradia, para o trabalho, para o lazer. Diz Soja (1993: 111) que

o capitalismo foi forçado a deslocar uma ênfase cada vez maior para a extração da mais valia relativa, através das mudanças tecnológicas, das modificações na composição orgânica do capital, do papel cada vez mais invasivo do Estado e das transferências líquidas do excedente, associadas à penetração do capital em esferas não inteiramente capitalista da produção (internamente, através da intensificação e externamente, através do desenvolvimento desigual e da “extensificação” geográfica para regiões menos industrializadas do mundo inteiro).

Neste processo, a produção do espaço é fundamental e se foi importante o espaço industrial não é de menor importância o espaço dos serviços, do lazer e do turismo. Daí a produção e reprodução espacial das chamadas áreas nobres de Fortaleza e de todo Estado do Ceará serem voltadas para o turismo.

A expressão “país subdesenvolvido” evoca idéias que podem ser consideradas cientificamente falsas. Sugere que os espaços designados assim estejam simplesmente em atraso em relação àqueles desenvolvidos, designados como espaços avançados do capitalismo. É necessário substituir a análise mistificadora dessa realidade por uma realista, que não isole a situação desses espaços, tidos como subdesenvolvidos, do contexto global; ao contrário, que os coloque na cadeia dos elos de dependência e de exploração em que os espaços estão inseridos.

Os segmentos da média e baixa renda da população brasileira estão cada vez mais descrentes de soluções que dependam exclusivamente dos governos, das elites empresariais, financeiras e dos políticos. A forma de inserção do Brasil na economia mundial se deu de um modo subordinado, implicando perdas sistemáticas e crescentes das populações trabalhadoras e, mais recentemente, das classes médias. A política de reajuste tem priorizado as políticas macroeconômicas e desprezado as socioculturais, mantendo-se de desemprego, carecendo de um planejamento orientado para distribuição adequada tanto dos custos quanto dos benefícios e assim fortalecer a base produtiva nacional.

O desenvolvimento (assim como o subdesenvolvimento) é um processo que interfere nas transformações de ordem mental e social de um povo, porque todo país que decide promover seu desenvolvimento precisa começar por investir no homem, através da educação; passar a considerar a educação não como um gasto, mas como via de possibilidade de acesso ao desenvolvimento. No entanto, na perspectiva do neoliberalismo, a educação é regulada pelo caráter unidimensional do mercado, que se constitui no sujeito educador. Daí resultar uma filosofia utilitarista e imediatista, baseada na concepção fragmentária do conhecimento, concebido como um dado, uma mercadoria e não em termos de uma construção e um processo (Frigotto, 1995: 85). A educação perde sua missão libertadora, atendendo simplesmente aos ditames do mercado. Do mesmo modo, as demais atividades humanas – a arte, a cultura, o lazer e o turismo – acabam voltando-se, sobretudo, para o mercado, para o lucro e menos para a satisfação das necessidades humanas. O objetivo de desenvolvimento proposto pela Comissão Econômica para a

América Latina – CEPAL, ainda na década de 1950, foi negado, embora apoiado em três bases imprescindíveis como: independência econômica, soberania política, justiça social. Cristovam Buarque, analisando essa realidade, enuncia 10 causas pelas quais o desenvolvimento econômico do Brasil não produziu os resultados esperados.

1. Pretendeu-se industrializar sem mudar a situação social no campo: sem reforma agrária. Com isso subsiste uma classe de camponeses sem terra vivendo em nível de subsistência e que foge para as cidades sem preparação para a vida urbana. Ao mesmo tempo, consolida-se a classe dos donos da terra, a mais reacionária do País, que continua mantendo dominação política.
2. Importou-se técnicas inapropriadas e caras, deixando de recorrer aos recursos locais, por exemplo: o transporte por estradas, que exige investimento elevado na construção, sendo grande consumidor de energia. Introduziram máquinas que dispensam a mão de obra, em países onde os trabalhadores são abundantes.
3. Recorreu-se à ditadura para manter a estrutura social arcaica.
4. Todas as políticas levaram à concentração de renda, não foi possível chegar a uma redistribuição da renda nacional. O *gap* entre ricos e pobres aumentou, ainda que nunca houvesse atingido os níveis atuais.
5. Recorreu-se ao capital externo, gerando uma dívida externa inesgotável e que cresce sem cessar por aplicação de juros exorbitantes sobre saldos devedores sempre crescentes.
6. Voltou-se para o mercado externo em detrimento da produção de mercado interno, que permanece limitado pela falta de reformas sociais: somente uma minoria tem acesso ao mercado.
7. Deu-se prioridade à infra-estrutura econômica, deixando em descaso a infra-estrutura social.
8. Permaneceu o corporativismo tradicional, com o Estado clientelista e a persistência das aristocracias tradicionais.
9. O imaginário é importado do Primeiro Mundo e valoriza o consumo, o mercado, a alienação cultural.
10. Pretendeu-se criar uma democracia sem reformas sociais. Dessa maneira, o sistema democrático foi (e é) manipulado pelas classes privilegiadas que o emprega para manter os seus privilégios tradicionais (*apud* Comblin, 1999:56).

O professor Milton Santos (2000, 69:74), analisando os efeitos da

globalização, mostrou que os chamados países subdesenvolvidos conheceram, em meio século, três formas de pobreza: *a incluída, a marginal e a estrutural*. A primeira foi acidental, residual ou sazonal, sem vasos comunicantes. Era a pobreza que se produzia em um lugar e não se comunicava a outro. A segunda foi produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho internacional ou interna. Há bem pouco tempo, pensou-se que essa divisão poderia ser controlada pelos governos. A terceira, do ponto de vista moral e político, equivaleu a uma dívida social. Trata-se de uma pobreza perversiva, generalizada, permanente e global. Resulta da convergência de causas que se dão em diversos níveis, existindo como vasos comunicantes. Nesta última fase, os pobres não são incluídos nem apenas marginais: são excluídos.

A acelerada redução do trabalho, sob forma de desemprego estrutural, introduz um desequilíbrio insustentável neste sistema, minando suas forças sinérgicas.

Assim, a pobreza e a desigualdade existentes no Brasil são incompatíveis com o PNB e com a capacidade produtiva que a sociedade já adquiriu. Vê-se que a política econômica não tem condições de inserir questões sociais diante de um modelo econômico tão excludente e estados financeiramente fragilizados pelo pagamento das dívidas externa e interna. Assim sendo, há que se ter saída para a crise através da economia, no âmbito da qual começam a surgir outros cenários e atores sociais, neste processo de mudança. Nessa lógica, insere-se o desenvolvimento local, um dos mais novos modelos propostos para o desenvolvimento. Desenvolvimento na escala humana, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento social são saídas opcionais de desenvolvimento.

A democracia liberal, a economia de mercado e o neoliberalismo apresentam-se como opções de modelo econômico possível, fazendo crer que o mundo depende de parâmetros econômicos, cujo manejo está além do alcance da maior parte dos homens, de modo que isso ocasiona passividade e individualismo.

As imagens econômicas, culturais e políticas da globalização são simplificadoras, pois deixam de lado o caráter desigual dos processos globais e o fato de que a maioria das pessoas não faz parte deste espaço global. Ninguém ousaria caracterizar a mundialização/globalização como um processo plenamente eficaz.

Os avanços tecnológicos e científicos típicos do desenvolvimento globalizado vêm acompanhados, para muitos, de retrocesso socioeconômico

e político. Caracteriza-se como um processo de destruição ecológica, desigualdades sociais, territoriais, deterioração de comportamentos democráticos. Tem sido um crescimento sem empregos, como dizem os relatórios do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 1999; 2000).

Algumas sociedades industrializadas transferiram suas fábricas para o chamado Terceiro Mundo, privilegiando os serviços, o setor terciário. Outros, os países de industrialização tardia, procuram recuperar o atraso na industrialização, recebendo as fábricas dos países ricos, concedendo-lhes incentivos fiscais. Ocorre, assim, uma nova forma de exploração de uns países sobre outros. No “capitalismo tardio a organização do espaço passa a se relacionar predominantemente com a reprodução do sistema dominante de relações sociais. Ao mesmo tempo, a reprodução dessas relações sociais dominantes torna-se a base primordial da sobrevivência do próprio capitalismo” (Soja, 1993:115). Estas sociedades anteriormente industrializadas passam para um nível da produção flexível com base no terciário, com destaque no lazer, no turismo, na educação, nas comunicações, enquanto outros iniciam sua industrialização. Se havia uma distância entre os países industrializados e os chamados países agrícolas, agora se acentua o hiato entre os ditos subdesenvolvidos e os chamados pós-industrializados, entre os que priorizam o trabalho e os que dão primazia ao ócio, ao lazer.

O desenvolvimento não foi definido satisfatoriamente em nenhuma das áreas do conhecimento científico. Quando se diz país desenvolvido, não significa dizer que ele parou de desenvolver, pelo contrário, ele continua se desenvolvendo, não estacionou, nem deixou de crescer como induz o conceito. A idéia que a palavra passa é a de que o tipo de desenvolvimento experimentado pelos países ricos deve ser universalizado, o que não é possível. Furtado (1974:75) esclarece que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial tem sido privilégio de uma minoria e que a “idéia de que os povos pobres possam algum dia desfrutar das formas de vida dos tais povos ricos, é simplesmente irrealizável”. Para haver desenvolvimento, não necessariamente precisa-se seguir o modelo dos chamados países ricos industrializados.

Como o desenvolvimento é um processo que acontece de forma desigual e combinada, assim como o afirmou Trotski, logo, o mesmo processo que produz riqueza para uns, faz também pobreza para outros – a maioria. Assim, não se poderia dizer que uns países são desenvolvidos e

outros subdesenvolvidos, mas que o fenômeno está presente em qualquer um deles e em todos eles. Separar o desenvolvimento do subdesenvolvimento é apenas uma questão de análise dicotomizada que mascara a realidade. Sob tal prisma, o Brasil tanto seria desenvolvido como subdesenvolvido, assim como os Estados Unidos. Mais importante seria analisar as contradições riqueza e a pobreza, ou exploradores e explorados. Isso supõe não apenas encontrar os efeitos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, mostrar dados da realidade de forma conjuntural e residual, mas, analisá-los de forma estrutural, entendendo que o subdesenvolvimento resulta da dinâmica do capitalismo nas condições específicas da realidade de cada país. Daí Ortiz explicar a mundialização, assinalando que as sociedades neste início de século XXI não podem mais ser compreendidas como “centrais” ou “periféricas”, pois o conjunto dos fenômenos econômicos, políticos e culturais cada vez mais transcende as nações e os povos.

O subdesenvolvimento é uma decorrência do ajuste estrutural que determina concentração de riqueza e renda, ocasionando a pobreza como expressão extrema da desigualdade social, com ausência total das garantias dos direitos sociais básicos. Lembra Furtado (1984: 29) “que a crise que aflige o nosso povo não decorre apenas do amplo processo de reajustamento que se opera na economia mundial. Em grande medida, ela é a manifestação antecipada de um impasse que se apresentaria necessariamente em nossa sociedade, que pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado, privando a grande maioria da população de bens e serviços essenciais”. Aqueles lugares que não conseguem acompanhar o ritmo dos países ricos ou desenvolvidos, sobretudo o nível de consumo, são vistos como subdesenvolvidos. Em uma visão crítica, que analisa o desenvolvimento de uma forma descolada do padrão burguês, pode-se dizer que determinados lugares são desenvolvidos, mesmo sem o luxo e a elevada tecnologia, mas por apresentarem condições de vida digna dos cidadãos, qualidade de vida e bom nível de educação, uma produção de riqueza partilhada de uma forma solidária e justa.

O chamado subdesenvolvimento, com seus problemas sociais, assim como as guerras políticas e religiosas, podem inviabilizar políticas de turismo. Essa realidade vem despertando uma nova consciência e a compreensão de que sua transformação passa pela mudança do modelo de desenvolvimento. A proposta de desenvolvimento local e de desenvolvimento na escala humana

é a alternativa de mudança de eixo do processo de desenvolvimento, assim como turismo local em lugar de turismo global.

Na verdade existem vários diagnósticos da realidade brasileira, sendo esta já bastante conhecida, mas faltam prognósticos viáveis que consigam modificá-la. Faltam propostas capazes de mudar os modelos convencionais, tradicionais e centralizadores. Todos os diagnósticos relevam que a política econômica vem sendo ineficaz, que há uma internacionalização crescente dessa política, a chamada globalização, que falta controle dos cidadãos sobre as burocracias públicas, há uma assustadora falta de ética, uma forte tecnificação do controle da vida social e uma falta de vivência democrática.

Além de tudo, vem ocorrendo na sociedade brasileira uma constante fragmentação das identidades socioculturais, uma falta de integração dos movimentos sociais, uma gritante exclusão social e um crescente empobrecimento das famílias, como lembrou o geógrafo Milton Santos, ao analisar a evolução da pobreza.

A economia privilegiou a mundialização dos mercados, o neoliberalismo, o capital financeiro centralizador que acabou por produzir a crise dos Estados e do bem-estar social. As tentativas de rompimento desse quadro sociopolítico com o autoritarismo, com o subdesenvolvimento e o imediatismo, apesar de serem difíceis, não são impossíveis e começam a dar sinais positivos, na medida em que surgem modelos de desenvolvimento. As pessoas que haviam perdido a capacidade de reagir, de sonhar e produzir utopias começam a reagir. São experiências novas que surgem ligadas ao campo e às cidades, inclusive práticas de desenvolvimento local incentivadas pelo turismo. São comunidades que se organizam para entrar no mercado do turismo, para oferecer serviços turísticos, para recuperar o patrimônio histórico, enfim para gerar emprego e renda na comunidade.

6. O Desenvolvimento Local e o Turismo

É nesse contexto que surge a idéia de desenvolvimento local, onde o turismo se põe como um dos mecanismos ou incentivo de viabilização desse processo. Sendo o turismo uma atividade de efeito multiplicador, oferece condições para o desenvolvimento de pequenas empresas (além das grandes), podendo beneficiar os mais pobres, como mostram algumas experiências. Não se pode esquecer de que ele, na maioria das vezes, vincula-se aos ricos,

aos poderosos e aos megaprojetos concentradores de renda e nesse caso gera pobreza nos pólos receptores. Assim há dois eixos de desenvolvimento do turismo, o global muitas vezes vinculado às redes internacionais de hotéis, *resorts*, sexo, drogas, lavagem de dinheiro, com fuga de divisas e sonegação fiscal. Mas há o turismo interno, o doméstico que valoriza o lugar, que gera renda, que dinamiza a economia local, que protege o patrimônio natural, que recupera e preserva o patrimônio histórico cultural.

Faz-se necessário em qualquer economia complementar as ações das mega e grandes empresas, com médias, pequenas e microempresas que possam beneficiar as camadas populares e isso exige construir institucionalidades, políticas diferentes. Nesta linha, surgem em vários lugares, experiências de desenvolvimento local, voltado a pequenas economias, grupos e comunidades. O turismo, apesar de ser uma atividade atrelada especialmente aos grandes capitais, oferece oportunidade a pequenos comércios, empresas e negócios mais participativos, como bares, restaurantes e pousadas, com as mais diversas prestações de serviços, que se espalham por todos os espaços turísticos.

O desenvolvimento local define-se como um processo de mudança de mentalidade, de câmbio social, institucional e de troca de eixo na busca do desenvolvimento, por isso orienta-se para o desenvolvimento de médias, pequenas e microempresas, tendo em vista socializar as oportunidades e promover o desenvolvimento na escala humana.

Mudar o rumo do desenvolvimento não é muito fácil, sobretudo na América Latina, onde os processos de desenvolvimento sempre privilegiaram marcadamente as grandes economias, foram centralizados, paternalistas e assistencialistas, onde se está acostumado a esperar passivamente.

A construção social do desenvolvimento exige o envolvimento de toda a sociedade, uma revalorização da cultura e uma base ética. Nesta época de tantas crises – ecológicas, de escassez de recursos públicos e de grandes demandas sociais – estimular a participação das comunidades para maior dinamização econômica e buscar respostas às necessidades de saúde pública, educação, cultura, construção de moradias, lazer, produção de emprego e renda, significa uma estratégia eficaz e eficiente, sobretudo, para os segmentos sociais mais desprestigiados pelo modelo da macroeconomia. Há que se adotar um modelo de desenvolvimento que estimule e desenvolva mormente a cooperação, a solidariedade, a criatividade, que passe a utilizar os recursos locais ainda latentes, especialmente os recursos humanos.

Mesmo assim, lembra Borja (1988:14)

... a participação popular não pode substituir um setor público opaco e desfalecente, socialmente ineficaz administrativamente improdutivo, organicamente caótico, economicamente perdulário e politicamente burocratizado, como o que muitas vezes foi herdado. Que pelo contrário, uma administração justa e ativa, com programas ambiciosos destinados a melhorar o bem-estar dos cidadãos, são condições prévias ao desenvolvimento da participação. Sem esse investimento político e econômico os chamados a participar estão condenados ao fracasso.

O desenvolvimento para atender a esta nova visão teria que se desassociar da noção de que todos os povos estão caminhando na mesma direção e pela mesma estrada, para atingir algum tipo de maturidade cujo modelo é o das nações que “correm à frente”; teria que fugir dos modelos postos e criar modelos localizados. A homogeneização, a padronização e a ocidentalização do mundo anularam a diversidade e certamente não poderiam ser vistos como diretrizes para o desenvolvimento humano e para o desenvolvimento local.

Hoje, há um consenso mundial na compreensão do desenvolvimento como um conceito mais exigente do que o de crescimento econômico. Para que o desenvolvimento concretize-se, não basta crescer a economia, a produção de riqueza, ou o PIB (Produto Interno Bruto), pois se faz necessário, sobretudo, que essa riqueza seja para todos, elevando o poder aquisitivo e a qualidade de vida do global da sociedade, dentro dos princípios dos direitos humanos. Quando a economia cresce e fica concentrada sem redistribuição justa, ocorre apenas o crescimento econômico concentrado. O desenvolvimento só se dá quando todas as pessoas são beneficiadas, ou seja, atinge a escala humana. Assim, as exigências racionais e humanitárias ainda impõem a tarefa de superar o subdesenvolvimento.

Quando todas as pessoas têm assegurados uma existência digna, um padrão de vida capaz de garantir a si e a sua família saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, segurança, repouso e lazer, o desenvolvimento está atingindo a escala humana. E se essa realidade é experimentada em um lugar, ele estaria se desenvolvendo.

Quando se pensa em promover o desenvolvimento, de modo geral,

cogita-se em realizar atividades ligadas à produção, como implementar a indústria, melhorar a agricultura, incentivar o turismo, desvinculando os efeitos para o bem-estar do homem. O grave é que sempre se faz tudo isso sacrificando o homem e excluindo a maioria deles da fruição desse desenvolvimento. O desafio é reverter esse quadro.

OS LIMITES DO DESENVOLVIMENTO E DO TURISMO

Resumo: Este texto apresenta uma análise histórica da origem e evolução do conceito de desenvolvimento. Os limites do desenvolvimento justificam-se pelo vínculo à ciência econômica, quando deveriam perpassar todas as ciências sociais. Mostra os pressupostos das teorias desenvolvimentistas, chamadas teorias da modernização, identificadas como tradicionais, conservadoras e consensuais, diferenciando-se das teorias críticas que adotam os pressupostos do materialismo histórico. Verifica os aspectos das teorias da globalização que remete a novas abordagens do desenvolvimento, quando o turismo passa a ser um elo do local com o global. Explica como e por que desenvolvimento é um processo desigual e combinado. O subdesenvolvimento é uma decorrência do ajuste estrutural que determina concentração de riqueza e renda, gerando a pobreza como expressão extrema da desigualdade social. Mostra que desenvolvimento só se dá quando todas as pessoas são beneficiadas, quando atinge a escala humana e que o turismo tanto pode vincular-se ao crescimento econômico concentrado, como promover o desenvolvimento social, o chamado desenvolvimento local.

Unitermos: Desenvolvimento/ Subdesenvolvimento/ Crescimento Econômico/ Modernização/ Turismo.

THE LIMITS OF THE DEVELOPMENT AND OF THE TOURISM

Abstract: This paper is a historical analysis of the background and evolution of the concept of development and the limits to development, supported by links with economic science, thus pervading all social sciences. The assumptions of developmentalist theories, the so-called modernization theories, are shown and identified as traditional, conservative and

consensual, thus differing from critical theories which adopt the assumptions of historical materialism.

The paper examines those aspects of globalization that pertain to new approaches to development, whereby tourism becomes a link between the local and the global. The study explains how and why development is an unequal and joint process. Underdevelopment is a result of the structural adjustments that determine concentration of wealth and income, generating poverty as the ultimate expression of social inequality. It is shown that development only takes place when people benefit, when a human scale is reached, that tourism can both connect with concentrated economic growth and promote social development, otherwise known as local development.

Key words: Development/ Tourism/ Local Development/ Social Development.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. Trad. MAAR, W. Leo. São Paulo: Ed. da UNESP, 1995.

ARRUDA, M. *Globalização e sociedade civil*. Rio de Janeiro, 1996. www.altenet.com.br.

BOCKWAY, George P. *A morte do homem econômico*. Princípios para uma economia no futuro. Trad. ROCHA, Antônio S. C. São Paulo: Nobel, 1995.

BORJA, Jordi. A Participação Cidadina. Trad. PACHECO, R. S. *Espaço e debate*. Poder Local. N. 24. São Paulo: NERU, 1988.

CARMO, Hermano. *Desenvolvimento comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta, 1999.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento*. Trad. JOSCELYNE, V. L. M.; GYOLAKAY, S.; CLASEN, Jaime A. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1992.

_____. *Em busca do socialismo*. Últimos escritos & últimos textos. São Paulo: Xanã, 1995.

_____. *Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

FRIGOTTO, G. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo conceitual. In: GENTILI, P. *Pedagogia da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 1995.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1975.

IANNI, Octávio. *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Nação: província da sociedade global. In: SANTOS, Milton et all. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

_____. O mundo do trabalho. In: FREITAS, Mário César. *A reinvenção do futuro*. São Paulo: Contexto, 1996.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. Un nuevo análisis para el desarrollo. In: *La cumbre mundial sobre desarrollo social*. Copenhague: Nações Unidas, 1995.

NOVAC, George. *A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*. Trad. SANTOS, Valdemir Lisboa. São Paulo: Rabisco, 1988.

OTCHET, Amy; RADOLPH, Andy. Un compromiso en la cumbre social de Copenhague. In: *La cumbre mundial sobre desarrollo social*. Copenhague: Nações Unidas, 1995.

PNUD. *Human development report*. 1996.

SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento*. Trad. JOSCELYNE, V. L. M; GYALOKAY, S., CLASEN, J. A. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, João Bosco F.; HOLANDA, F. U. X.; ARAÚJO, M. N. de O. *Exclusão social no mercado do trabalho: o caso do Ceará, Brasil*. Chile: OIT, 1999.

SANTOS, Milton. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *A Natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Técnica, espaço, tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A normalidade da crise*. Folha de São Paulo, 26.09.99.

_____. *Classe média passa por metamorfose*. Jornal do Comércio. Recife. 17.10.99.

_____. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria sócio-crítica*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

URRI, John. *O olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Estúdio Nobel – Sesc, 1996.

